

CRISE DOS PODERES

Voto de líder provoca racha no PT

Posicionamento do senador Jaques Wagner a favor da PEC que limita STF abre crise com o partido e as bancadas da legenda

» EVANDRO ÉBOLI
» ÁNDREA MALCHER

O voto do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), a favor da PEC que reduz poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) irritou profundamente a direção do PT, a bancada dos senadores do partido e também deputados, além de magistrados da Corte.

A presidente nacional do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR), reuniu-se, ontem, com a bancada na liderança do partido no Senado, encontro que estava agendado havia alguns dias. Mas o voto de Wagner foi o centro da conversa. O líder do governo nem ficou para a reunião. Ele saiu no momento em que Gleisi chegava. Os parlamentares petistas estavam indignados por não terem sido comunicados previamente da posição do senador baiano. O líder do PT na Casa, Fabiano Contarato (ES), disse, porém, que foi avisado por Wagner antes da votação.

Aos senadores, Gleisi mostrou irritação e afirmou que Wagner prestou um serviço à extrema direita. No Planalto, a deputada reafirmou, a jornalistas, as críticas. “Eu considere o voto do Jaques um erro. E vamos tentar, na Câmara, fazer as articulações para não deixar a PEC prosperar”, afirmou Gleisi. Ela reiterou que o momento não é de debater esse assunto, até pelo papel que o STF adotou ante os atos golpistas e no combate à epidemia da covid-19.

“Na realidade, servia (a PEC) aos interesses da extrema direita, que queria que as investigações sobre os atos antidemocráticos

não acontecessem ou não se chegassem aos culpados”, frisou a petista.

Já o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), desconvorsou sobre o episódio, ao ser perguntado a respeito dos desconfortos entre o Executivo e o Judiciário.

“O governo reconhece o papel histórico do STF na última quadra histórica. Tem significado que, no 8 de janeiro, o prédio mais vilipendiado tenha sido o do STF”, argumentou. “Tenho certeza de que teremos entendimento. Não tem nenhum impasse entre o governo e o STF”

Bolsonarismo

Vice-líder do governo no Congresso e da Maioria na Câmara, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o colega de partido. “Não consigo entender esse voto do Jaques Wagner. No momento em que o bolsonarismo ataca o STF por causa do julgamento da tentativa de golpe no 8 de janeiro e pelo medo da prisão de Jair Bolsonaro pelo próprio Supremo”, postou nas redes sociais.

Wagner se manifestou também pelas mídias sociais e evitou rebater as críticas que tem recebido. Repetiu que se tratou de uma posição pessoal e que o governo não ia adotar um lado.

“Esclareço que meu voto na PEC (...) foi estritamente pessoal, fruto de acordo que retirou do texto qualquer possibilidade de interpretação de eventual intervenção do Legislativo. Como líder do governo, reafirmei a posição de não orientar voto, uma vez que o debate não envolve diretamente o Executivo”, escreveu.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Wagner foi a favor da proposta contrariando a decisão do PT, que orientou seus senadores a votar “não”



Esclareço que meu voto na PEC que restringe decisões monocráticas do STF foi estritamente pessoal, fruto de acordo que retirou do texto qualquer possibilidade de interpretação de eventual intervenção do Legislativo”

Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado

Lula indica Leonardo Magalhães para DPU

» HENRIQUE LESSA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, a indicação do defensor público Leonardo Magalhães para chefiar a Defensoria Pública da União (DPU). O mineiro é defensor federal há 15 anos e atuou como defensor público interamericano junto à Comissão e à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Essa é a segunda indicação de Lula para a DPU. A primeira escolha do presidente foi o

defensor Igor Roque, que, depois de meses esperando pela sabatina, acabou rejeitado pelo Senado. Como a lei diz que o chefe do Executivo só pode indicar um nome que conste de uma lista votada pelos defensores federais, em janeiro, ao assumir, o petista trocou o indicado pelo governo Bolsonaro, que foi o defensor mais votado, por Roque.

Igor Roque foi sabatinado e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em julho, mas no

plenário, em outubro, acabou rejeitado por 38 votos contrários e 35 favoráveis. A rejeição foi justificada pela pressão de grupos conservadores, que associaram o indicado a um seminário sobre aborto organizado pela Defensoria. Mas, no Senado, assessores indicam que o veto a Roque aconteceu depois de uma guerra de dossiês entre defensores, que fez a base governista não se mobilizar pela aprovação. Serviu, ainda, como um recado para Lula dar mais atenção às demandas dos aliados do Senado.

Fontes reservadas da DPU dizem que a sensação na instituição é de alívio com a decisão do presidente de escolher o terceiro mais votado da lista e evitar a realização de outra eleição para constituição de uma nova lista. Também garante que o órgão volte a ter um comando mais efetivo, já que, desde janeiro, está sob direção do interino, o defensor público-geral federal em exercício, Fernando Mauro Junior.

Para assumir o cargo Magalhães precisa da aprovação na CCJ e no plenário do Senado.

NOTA LEGAL

R\$ 3 MILHÕES EM PRÊMIOS?

precisa, sim!

Pedindo a nota fiscal, você ajuda o DF e ainda concorre a 2.600 prêmios de até R\$ 500 mil do Nota Legal!

Atualize seu cadastro e exija sempre sua nota fiscal!

Saiba mais em notalegal.df.gov.br

SORTEIO DIA 21/12/23